

Práticas comunitárias, territórios, cidadania e regionalização

José Oliveira Junior¹

RESUMO

As práticas comunitárias são marcadas por diversos elementos e exigem atenção particular para que os indivíduos e suas histórias representem os seus percursos históricos, pessoais e coletivos. O texto procura discorrer sobre esses elementos e sobre uma experiência de formação para lideranças comunitárias em Belo Horizonte, Minas Gerais. É dividido em sete partes e uma conclusão, que dialogam com as comunidades e com as variadas perspectivas sobre atuação comunitária. Inicialmente, desenvolvimento local e o desenvolvimento integral, no qual tratamos, entre outros, dos arranjos comunitários que envolvem variados atores sociais, cada um com seus próprios processos identitários simultâneos. Em sequência, a diferenciação de três tipos distintos de “situações comunitárias”, na qual chegamos à perspectiva que pensar em comunidades é pensar em políticas públicas não estatais. Passo adiante, as questões sobre diálogo intercultural e os desafios para a promoção da diversidade nas comunidades. As comunidades de sentido e as traduções são o tema em sequência, como fatores chave para o desenvolvimento de comunidades, concluindo com os processos de aprendizagem social para a construção de um sentido de “nosso”, refletindo sobre reposicionar os conceitos de periferia e de regionalização.

*

¹ José Oliveira Junior é pesquisador atuante em políticas culturais desde final dos anos 1990, tendo sido consultor UNESCO para o Sistema Nacional de Cultura em MG (2012-2013) e atuado em diversos órgãos públicos, sendo atualmente Diretor de Economia Criativa na Secult Minas, atuando nas comissões de gestão estratégica das leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo no estado, além de ter coordenado o trabalho de reformulação da legislação do sistema estadual de cultura. Graduado e Mestre em Comunicação Social, José Junior é atualmente doutorando do PPG em Arquitetura e Urbanismo da UFV. E-mail: juniorbh1@gmail.com . Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3477943101571774>

Introdução: uma ação formativa de lideranças comunitárias para anônimos notáveis

Ao planejar o conjunto de ações formativas, o objetivo de um módulo voltado para a qualificar ação comunitária era discutir como as comunidades podem atuar de forma colaborativa e solidária para reconhecer e fortalecer as práticas culturais locais, aumentando sua visibilidade dentro das cidades.

Valorizar as pessoas, suas realidades e suas comunidades, sob uma perspectiva de desenvolvimento integral do indivíduo, direcionado para o coletivo, é essencial. Ao fortalecer os laços de convivência por meio de ações culturais, estamos também reforçando o tecido social, promovendo um senso simultâneo de incentivo à inovação e de valorização das tradições de diversas matrizes culturais.

A proposta das ações formativas era mapear e difundir práticas e expressões culturais e artísticas que acontecem para além dos circuitos visados pela mídia tradicional da capital. Através de uma chamada ampla chamada a artistas que desejassem discutir e repensar a história da cidade de Belo Horizonte, bem como sua própria comunidade, e propor novas leituras para os lugares nos quais as ações aconteceriam.

As cidades, incluindo aí Belo Horizonte, desde sua criação, ocupação e crescimento carregam em si diversas vozes que vão das novas forças econômicas que atuavam à época. No exemplo de Belo Horizonte, passava pelo desejo de ser a representação da modernidade e do progresso republicano até chegar a apagada e pouco quase nada difundida história daqueles que aqui habitavam antes da construção da nova capital. Só se falou da comissão construtora, dos grandes contingentes de novos moradores daquela que seria a nova capital, como se a história do arraial começasse ali. Um apagamento como tantos outros.

Aqueles sujeitos, que foram relegados ao anonimato pela história oficial da cidade, habitam algumas memórias, mas nunca ganharam plataformas oficiais de grande destaque no consciente coletivo da cidade, sendo quase uma leitura mítica ou quase caricatural de alguns “personagens” da cidade, como a Maria Papuda². Junto deles, há também

² Mulher que era dona do casebre que foi desapropriado para a construção do palácio da Liberdade, futura sede do governo estadual, e que reunia diversas lendas sobre assombrar os governadores que trabalharam no prédio.

os novos anônimos que habitam a cidade, mas não são representados nas mídias tradicionais, nos livros de história, nas memórias das instituições que contam o que é a Belo Horizonte “da real”, de grupos vulneráveis e periféricos.

Essa proposta procura trazer uma leitura contemporânea das diferentes histórias no tecido social e um diálogo com essas memórias que precisam ser contadas e repensadas a partir da lente das diferentes vozes que hoje aqui habitam e daqui a algumas décadas podem não existir em nenhum lugar e se perder.

O desenvolvimento local e o desenvolvimento integral do ser humano

Investir no desenvolvimento integral do ser humano e fortalecer vínculos locais influencia diretamente a formação do capital social. KLIKSBERG destaca a importância de um rigoroso reexame das prioridades, tanto individuais quanto governamentais, para explicitar os vínculos entre Cultura e Desenvolvimento Humano nas práticas cotidianas e nas estruturas sociais.

Como afirma Arizpe, citada por Kliksberg, “a cultura passou a ser o último aspecto inexplorado dos esforços que se desenvolvem em nível internacional, para fomentar o desenvolvimento econômico”. (Kliksberg, p.107). Tal afirmação reforça a importância dos projetos sociais de base comunitária, que ao promoverem reflexões sobre as pessoas e suas realidades próximas, não apenas aproximam os indivíduos para a realização de ações conjuntas, mas também incentivam a reflexão sobre seu lugar no mundo.

Esses projetos permitem que as pessoas identifiquem aspectos significativos de suas próprias realidades, representando-os em imagens, textos e sons. Processos como “vídeo comentado”, cineclubes e oficinas de memória social e audiovisual são exemplos de espaços onde ocorre a articulação de discursos e a enunciação perante o mundo.

No ambiente das ações culturais e do compartilhamento, encontramos oportunidades para desenhar novos espaços coletivos e observar a plena diversidade das expressões culturais. Não basta desenvolver programas que mantenham certas tradições ou discursos socialmente legitimados

sem considerar a potência das múltiplas possibilidades de invenção e criação dos atores sociais em uma sociedade.

As soluções para as comunidades residem nas suas características, capacidades criativas e histórias próprias, como demonstrado por variadas experiências. Um exemplo é a Rádio Favela, em Belo Horizonte, que criou um espaço de conhecimento e reconhecimento das práticas da comunidade. A equipe da rádio reuniu pessoas interessadas em algo com o que se identificavam afetiva e efetivamente, legitimando suas práticas culturais.

Para instaurar novos contextos, é fundamental compreender a urgência de assumir novas posturas e compromissos conjuntos em busca do bem comum. Encontrar maneiras de escapar do isolamento e do individualismo “avulso”, que privilegia o voluntarismo e a delegação descompromissada.

A discussão sobre o bem comum deve superar o atendimento imediato de interesses pessoais ou momentâneos, ou a simples resolução de “problemas”. Uma vez resolvido o problema, há a tendência de que o espaço coletivo que motivou a reunião também desapareça. Portanto, a discussão deve ir além disso.

Em vez de “unidos-apenas-para-resolver-problemas-que-surgiram”, é essencial avançar para construir continuamente um espaço público onde a vida possa ser melhor para todos. Devemos nos mover não apenas em resposta a problemas, mas também com base em metas e sonhos possíveis.

Os arranjos comunitários envolvem variados atores sociais, cada um com seus próprios processos identitários simultâneos. Uma mesma pessoa pode se identificar com diferentes práticas, grupos e modos de vida, tornando os processos comunitários complexos, além das já existentes complexidades da vida. As mesmas forças que unem as pessoas podem, com o tempo, levar a divisões, o que é normal na dinâmica dos agrupamentos humanos. A reinvenção cotidiana dos vínculos e laços comunitários é um processo exigente e custoso, que requer maturidade dos envolvidos.

Por exemplo, uma amizade entre dois ou três amigos de longa data pode ser abalada pela chegada de novas pessoas ao bairro, gerando disputas por atenção e afeto. Comunidades são constituídas por afetos,

relações, confianças, apreços, respeito e muitos outros elementos que levam as pessoas a se aproximar e optar por permanecer juntas.

As comunidades tradicionais experienciam realidades onde os festejos potencializam os encontros e reforçam os vínculos. Durante o dia, muitos trabalham em padarias, supermercados, na colheita de café ou como professores. Contudo, nos momentos de celebração, eles se vestem com o desejo de manter vivas suas tradições, tornando-se capitães, aprendizes, violeiros, puxadores, carregadores de bandeira ou estandarte, entre outras funções festivas.

O mesmo ocorre em comunidades de músicos de bairro, cujos encontros geralmente acontecem após o expediente de cada um. Independentemente do estilo musical, o padeiro torna-se guitarrista (ou cavaquinista), a vendedora de loja vira vocalista, o técnico de informática, um baixista, a enfermeira tecladista, a policial uma pandeirista, e a dentista, uma flautista.

Existem também bazares comunitários, onde a secretária executiva de uma multinacional se transforma em organizadora de roupas para o bazar e uma senhora de 78 anos torna-se reparadora, lavando, recuperando e preparando roupas para doação.

Nos festejos juninos das comunidades, o professor de matemática vira churrasqueiro, a pedagoga vira pasteleira, a doutora em Química e o técnico em eletrônica tornam-se os responsáveis pelos caixas, vendendo fichas, enquanto os filhos vendem doces, prendem pessoas na cadeia do arraial e entregam correio elegante.

Essas pessoas, através das inúmeras situações comunitárias vividas juntas, passam a se reconhecer como uma turma, que pode evoluir para um grupo regular e, eventualmente, para uma comunidade. Nas situações comunitárias, as pessoas são mais aquilo que desejam ser, além dos papéis programados pela lógica capitalista de vender sua força de trabalho.

Mesmo as desavenças e os conflitos que sempre existem nas comunidades, com pessoas que parecem viver para cuidar dos detalhes da vida alheia, não diminuem a importância da convivência em comum, mas a reforçam.

A organização da ação comunitária tem a capacidade de amplificar a força da atuação conjunta. Por isso, são importantes as associações

comunitárias, culturais, os coletivos e grupos artísticos, além das ações de voluntariado organizado. Estudos de Viegas, Oliveira e Falcone (2019) indicam que o trabalho voluntário melhora a vida e pode ser um importante aliado na manutenção do bem-estar mental e até físico.

De modo complementar, Sarriera et al. (2016) destacam que as comunidades funcionam como redes de apoio, proporcionando segurança aos seus membros. Isso contribui para o que os autores chamam de sensação de bem-estar subjetivo.

O sentido de comunidade pode ser entendido como a própria representação de comunidade. Ou seja, deve ser entendido como englobando os aspectos físicos, territoriais e simbólicos constituintes de uma comunidade. Há uma rede de crenças, comportamentos e sentidos específicos em cada comunidade constituindo de um universo simbólico local específico (...) portanto, pode-se entender que os sentimentos de pertença e identificação com a comunidade podem estar relacionados à satisfação com a vida. Dessa maneira, pressupõe-se que tais construtos relacionados à dimensão comunitária possam ser fundamentais para um pleno entendimento do bem-estar subjetivo (Sarriera et al., 2016, p.107)

Situações comunitárias e políticas públicas não-estatais

É importante diferenciar três tipos distintos de «situações comunitárias». Primeiramente, as situações comunitárias de curto alcance visam solucionar questões momentâneas, como organizar uma partida de futebol, um churrasco, uma passeata, realizar um trabalho de grupo do colégio ou da faculdade, mobilizar doações para populações atingidas por calamidades, ou organizar alimentação para população de rua.

Em segundo lugar, as situações comunitárias de médio alcance exigem um grau maior de compromisso e regularidade. Exemplos incluem ajudar em ações de voluntariado regular, organizar festejos comunitários sazonais, ou ficar responsável por alguma atividade na comunidade, como operar equipamentos de som, ser responsável pela música, ou organizar refeições.

Finalmente, as situações comunitárias de longo alcance ou longo prazo envolvem compromissos mais duradouros, como comprar um imóvel e estabelecer-se como vizinho, montar uma banda profissional, criar uma sociedade profissional com alguém de confiança, casar-se e ter filhos, ou assumir uma função religiosa, como padre, irmã, pastor, pai de santo, mãe de santo, monge, etc.

Atuar em comunidade, visando tornar as coisas melhores para todos, desloca o indivíduo do centro das próprias atenções. Embora os problemas não desapareçam, eles adquirem uma nova dimensão.

Pensar em comunidades é pensar em políticas públicas não estatais, em redes locais de cultura e desenvolvimento. Em uma era em que circulam milhares de conteúdos desconectados da vida cotidiana das pessoas, das suas famílias e vizinhos, considerar alternativas que disseminem notícias comunitárias abre novas opções de interação entre as pessoas. Não é incomum que as únicas notícias locais sejam sobre acidentes de carro, desabamentos, assaltos ou outros incidentes policiais.

É essencial usar de forma criativa todos os aspectos e recursos da comunidade, permitindo que todos se sintam úteis e ativos. As experiências de coletivos culturais, grupos de bordado ou dança, grupos jovens de igrejas, colegas de escola, clubes de leitura, grupos de teatro e voluntariado são exemplos de atividades comunitárias.

No entanto, devido à multiplicação de conjuntos habitacionais sem a participação e planejamento adequados do poder público, e às oportunidades cada vez mais escassas de convivência direta e presencial, as soluções virtuais não podem ser ignoradas. Elas precisam ser incorporadas com atenção, promovendo a interação presencial sempre que possível.

A experiência do orçamento participativo em cidades como Belo Horizonte destacava-se pelo encontro das pessoas para discutir obras prioritárias. A substituição desses encontros por ferramentas virtuais, seja por economia ou outras justificativas, reduziu, em certa medida, o caráter público e participativo do orçamento "participativo". Transformar o processo em uma votação entre opções pré-definidas, de modo frio e sem envolvimento, sem tempo para discussão, parece ser um contrassenso à ideia de participação.

O Orçamento Participativo Digital (OP-Digital) é uma forma do Estado se apropriar das Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC). No entanto, conforme apontado por vários autores, a internet e o ambiente virtual têm sido mais utilizados para prestar contas e disponibilizar informações do que para promover interação efetiva entre governos e sociedade. Uma boa governança é baseada no tripé participação, transparência e prestação de contas.

Não se trata de uma crítica simplista ao ambiente digital. Reconhecemos que as interações virtuais têm seu valor, pois, internamente, os grupos de redes sociais desempenham um papel significativo. A sociedade pode e deve abordar essa questão de maneira positiva, apesar das críticas aos excessos e à dependência.

As comunidades de afinidade ou identificação não precisam, necessariamente, de encontros presenciais, como evidenciado pela recente pandemia de Covid-19, que destacou a relevância do ambiente digital e virtual. Isso não deve ser visto como uma crítica ao espaço virtual, mas sim como uma reafirmação da importância do encontro pessoal como um valor essencial para fortalecer os laços comunitários. O ideal seria uma combinação das várias formas de encontro e troca.

Desafios ao diálogo intercultural e as comunidades

A necessidade de estabelecer um diálogo intercultural é um dos pontos mais importantes nos documentos que promovem a diversidade cultural. Além dos discursos otimistas ou das análises de desequilíbrios nos processos de troca, é crucial considerar a condição efetiva para a troca e o compartilhamento no dia a dia.

As referências pessoais, os contextos em que estamos inseridos e as formas como percebemos e deciframos o mundo interferem diretamente nesses processos. Como afirma a UNESCO: “O diálogo intercultural depende em grande medida das competências interculturais, definidas como o conjunto de capacidades necessárias para um relacionamento adequado com os que são diferentes de nós” (UNESCO, 2009, p. 9)

Esse relatório da UNESCO sobre a Convenção da Diversidade adverte que, além de pensar na diversidade cultural “como inerentemente positiva, na medida em que apontaria para uma predisposição ao compartilhamento”, é necessário considerar que as diferentes formas de conceber e organizar o mundo podem ser uma ameaça constante e fonte de diversos conflitos (UNESCO, 2009, p.1). Nesse sentido, as condições de diálogo e as competências interculturais são talvez os principais desafios para a promoção da diversidade cultural além do discurso.

Não nos referimos aqui às competências interculturais no sentido de registros culturais completamente distintos, como os Rapa-nui, com suas

imensas cabeças de pedra da Ilha de Páscoa, ou o povo de Myanmar, com as mulheres que usam argolas no pescoço, ou ainda os pigmeus africanos. Focar nesses exemplos vincularia a ideia de diversidade cultural a tudo que parece exótico ou inclassificável.

Nosso objetivo é discutir as competências interculturais sob a perspectiva de quaisquer “diferentes de nós”, incluindo as diferenças mais simples. Ampliamos assim o leque para abarcar as diferenças que se apresentam no cotidiano, e não apenas aquelas entre palestinos e israelenses ou defensores de diferentes cores partidárias.

Schröder (2007), ao discutir os aspectos metafóricos da construção da realidade, aponta a cultura em três dimensões: como condição da comunicação, como resultado da comunicação e como construída dentro das práticas comunicativas, em um movimento dinâmico.

Dentro da dimensão criadora de sentido, cultura serve como sistema de significados ou de padrões de interpretação em relação a problemas atuais. Nesse sentido, cultura é condição da comunicação. (...) numa situação concreta, recorre-se a uma rede de significados para constituir um processo de comunicação, no qual elementos culturais são negociados reciprocamente na prática atual. (SCHRÖDER, 2008, p. 41)

De acordo com Schröder, as metáforas não são apenas produtos prontos, armazenados para uso quando necessário, mas constroem “um contexto cognitivo e cultural em dependência da situação comunicativa dada” (SCHRÖDER, 2008, p. 52). Mais do que um recurso, as metáforas servem como referência para compreender formas de conceber o mundo. A autora observa que pessoas de diferentes culturas têm preferências distintas em suas construções metafóricas: “Aparentemente, culturas variam também com respeito às preferências de suas conceptualizações metafóricas” (SCHRÖDER, 2008, p. 50).

O idioma, como dispositivo e suas variantes, é um espaço de expressão de identidade, guardando aspectos singulares de cada povo e localidade que não são expressos em dicionários ou compêndios. Esses aspectos contribuem para uma compreensão plena das sociedades e dos indivíduos.

O relatório de monitoramento da Convenção Internacional sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, publicado em 2009 pela UNESCO, destaca que os idiomas são vetores-chave da

diversidade cultural. Eles também são espaços de mediação de nossas experiências, ambientes intelectuais, encontros com outros, sistemas de valores e códigos de conduta, expressando nossas formas de ser no mundo.

Assim entendido, o idioma não é apenas uma “ferramenta de comunicação”, mas um elemento crucial nas nossas mediações cognitivas e nas relações que estabelecemos com o mundo. Idiomas e linguagens são negociados nos mais diversos ambientes de encontro, sejam presenciais ou virtuais.

Esses elementos demonstram que os processos culturais e comunicacionais são constituintes contínuos nos processos interacionais. Braga (2010, p.51) afirma que os elementos culturais e os contextos são aspectos acionáveis na prática cotidiana pelos sujeitos, permitindo as interações: “os participantes acionam igualmente, de modo mais conjuntural, práticas e inferências (menos ou mais conscientes e expressas) trazidas ad-hoc para a interação”. Este acionamento simultâneo em condições de interação cria uma plataforma cultural que altera e é continuamente alterada pelos processos comunicacionais.

A Comunicação, como processo, permite a circulação e negociação entre o imaginário, o real percebido e a racionalidade local. Braga (2010) define a comunicação como “processo instituinte”, uma experiência que viabiliza as interações e negociações entre sujeitos, provocando continuamente alterações nas linguagens, nos códigos e nas próprias instituições.

Comunicação, como fenômeno, seria isso que viabiliza, entre seres humanos em sociedade, negociar suas ideias ou percepções “singulares” (de indivíduos ou grupos e setores sociais), em princípio “diferenciadas”, objetivando um padrão de aceitabilidade que permita ao espaço social funcionar, seja para acordar objetivos, seja para fazer valer uns sobre os outros, seja para decidir dos modos adequados de atingi-los. (BRAGA, 2010, p.47)

Em outro estudo, destacamos como Schutz (1979) desenvolveu uma análise relevante para articular estes termos com a diversidade. Segundo o autor, um conjunto relativamente estabilizado de opções, hábitos e costumes se consolida como aceitável dentro de determinados grupos, constituindo o que ele chamou de “padrões de relevância”. Esses padrões

são utilizados para comparar e validar os fenômenos observados no mundo.

O que foge do que é considerado aceitável pode muitas vezes ser visto com repugnância naquele contexto, como comer carne de cachorro, normal em certas partes do mundo, ou croquetes de minhoca, considerados uma iguaria em diversas regiões, mas tratados com nojo em outros lugares.

Da mesma forma, dentro de uma mesma cidade ou local, certas formas de falar ou expressões podem ser consideradas “inconvenientes” em determinados contextos. Em todos esses exemplos, os conhecimentos, gestos e atitudes validados pelos padrões culturais predisõem os interlocutores a negar o diferente para não desregular certas referências.

Segundo Schutz, o conhecimento estabelecido associado aos padrões culturais elimina a angústia de ter que resolver o que é ou não aceitável, fornecendo ao grupo instruções precisas de como ser reconhecido internamente e validar-se perante o grupo. No entanto, isso também guarda as raízes dos preconceitos e a condição de indecifrável para aqueles que não compartilham as mesmas referências e registros culturais:

Esse sentimento pode levar a uma alteração parcial no sistema de relevâncias que domina dentro do grupo interno, ou seja, origina uma solidariedade em resistência à crítica externa. O grupo externo é, então, visto com repugnância, nojo, aversão, antipatia, ódio ou medo. (SCHUTZ, 1979, p. 86)

No ambiente interacional das associações culturais em comunidades, há uma combinação entre imitação e invenção em um espaço comum. Nesse espaço, os participantes encontram experiências, pensamentos, ideias e modos de ser com os quais se identificam, ao mesmo tempo que lidam com pontos de vista diferentes e constroem conhecimentos de forma compartilhada.

O espaço comunicacional tem estreita relação com os processos identitários, conforme pontuado por Wolton (2006, p.32). Segundo ele, estamos em um período de “identidade cultural relacional”, que aponta para uma abertura ao outro, em contraposição a uma “identidade cultural refúgio”, que seria caracterizada pela afirmação de si e negação do outro. A partir dessa perspectiva relacional, o autor apresenta a comunicação

como espaço e condição de coabitação, impactando o diálogo entre diferentes lógicas culturais e, conseqüentemente, a diversidade cultural.

O trânsito entre sistemas sociais e a natureza interna de cada indivíduo, bem como a validação em determinado ambiente social, torna comuns certos conjuntos de conceitos, conhecimentos ou normas, constituindo “um significado comunitário ou compartilhado que é constitutivo do mundo vital sociocultural” (HABERMAS, 2002, p.22).

Dessa forma, posturas e definições acerca de si mesmo e da comunidade onde se insere podem tomar corpo à medida que há uma construção compartilhada, estabelecida a partir do encontro entre as pessoas e não apenas de catálogos e estudos. É importante compreender as condições de produção dos significados compartilhados, inclusive em seu sentido histórico e processual, e como eles interferem diretamente nas projeções do que podemos ser como indivíduos e comunidade.

Os universos simbólicos são produtos sociais que têm uma história. Se quisermos entender seu significado temos de entender a história de sua produção [...] universo simbólico também ordena a história. Localiza todos os acontecimentos coletivos numa unidade coerente, que inclui o passado, o presente e o futuro. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.133, p.140)

Comunidades de sentido, territórios e cidadania

Essa dinâmica, estimulada pela interação comunicacional entre os participantes, inspira a perspectiva criativa e inventiva dos indivíduos. O conceito de “comunidades de sentido”, apontado por Janotti (2005), contribui para o desenvolvimento aqui proposto.

Determinadas agregações de indivíduos que partilham interesses comuns, vivenciam determinados valores, gostos e afetos, privilegiam determinadas práticas de consumo, enfim, manifestam-se obedecendo a determinadas produções de sentido e, espaços desterritorializados [...] o primeiro critério considerado para a constituição de uma comunidade de sentido é o compartilhamento de determinados valores, gostos e afetos que ressaltam o “ideal comunitário” [...] os territórios das comunidades de sentido seriam, antes de tudo, territórios simbólicos que possibilitam a manifestação de sentidos [...] a comunidade de sentidos fornece uma espécie de “capital cultural” para que a vivência de determinados valores seja partilhada” (JANOTTI, p.119-121)

É essencial considerar um ambiente comunitário com múltiplas formas de encontro, diversas possibilidades de interação e troca, e, principalmente, oportunidades de negociação e compartilhamento de modos de ser e de perspectivas sobre o mundo, incluindo até os modos de vestir.

Como afirma Janotti, “se não se partilha o território físico, continua-se a partilhar imagens, vestuários, posicionamentos (...) que fundam estes territórios simbólicos”, permitindo que as pessoas se reconheçam nesse território “independentemente das fronteiras geográficas tradicionais”. Assim, as comunidades de sentido estão imbricadas nas comunidades geograficamente definidas, já que os indivíduos em uma comunidade possuem diversos processos identitários que os conectam a diferentes comunidades de sentido.

Discutir essas questões comunitárias se relaciona bem com a temática de territorialização e desterritorialização, mas vamos abordar de forma mais acessível, pois o tema é denso. Guattari e Rolnik (1996) definem território como “um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente ‘em casa’”, do qual ele se apropria.

Isso ressalta a importância do território como um espaço de segurança e confiança (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.323). Hasbaert (2005) aponta que o território pode conter perspectivas de dominação ou apropriação e distingue dois âmbitos para a ideia de território: “território funcional” e “território simbólico”.

Quadro 1 – Tipos ideais de território

Território Funcional	Território Simbólico
Processos de dominação	Processos de apropriação
Desigualdade	Diferença
Território sem territorialidade	Territorialidade sem território
Princípio da exclusividade	Princípio da multiplicidade
Território como recurso, valor de troca	Território como símbolo, valor simbólico
Controle físico, produção, lucro	Abrigo, lar, segurança

Fonte: elaboração do autor com base em Hasbaert (2005)

É possível deduzir da leitura do autor que o território, enquanto identificação e apropriação simbólica, pode ser «transportado» pelo sujeito sem existência física, mas construído simbolicamente, como a noção de terra prometida aos judeus, o movimento pan-africanista ou rastafári que se espalha por diversas partes do mundo.

Ao se deslocar (desterritorializar), o sujeito movimenta-se em direção a uma situação na qual se sinta em casa, que atenda às suas aspirações e fomente novos desejos (reterritorializar), em um constante trânsito de território a território. Esse movimento, induzido por forças produtivas, tira a pessoa da inércia e a recoloca como protagonista. Nesse sentido, reterritorializar-se é como reencontrar-se.

A produção cultural pode trazer novas visibilidades, posicionar novos registros e agendamentos, conforme pontuado por Guattari e Rolnik (1996, p.22). Além disso, os movimentos sociais utilizam a produção cultural não apenas para que os grupos em situações periféricas se aproximem de um dito centro, mas para valorizar a produção cultural local e acionar a cultura na cidade como um todo.

A aspiração por um grau de sofisticação, que é excludente, busca sempre alcançar patamares mais altos em qualquer esfera da vida. A Cultura (com “C” maiúsculo), aqui, tem um caráter civilizatório, sinal de refinamento social e valor agregado, elevando a pessoa que demonstra possuí-la, como se fosse um processo de assepsia de shopping center, onde tudo parece limpo, seguro, confiável e palatável.

Em contraponto à “sofisticação excludente”, os novos movimentos sociais oferecem a possibilidade de uma “qualificação inclusiva”, potencializando os processos de singularização subjetiva. Isso impacta, como apontam Guattari e Rolnik (1996), nas políticas do cotidiano (micropolíticas) e nas políticas relativas às comunidades e cidades (macropolíticas).

As práticas artísticas no ambiente dos movimentos sociais oferecem a oportunidade de vivenciar alternativas ao cotidiano ocupacional monótono de casa-trabalho-estudo-lazer-casa. Nos enunciados de entidades que desenvolvem projetos socioculturais, as pessoas encontram chaves para a reterritorialização produtiva e criativa. Parte-se do pressuposto de que a coletividade pode produzir agenciamentos

coletivos de enunciação, abertos à mudança, produção e reinvenção por meio da atividade artística.

Os esforços reflexivos, narrativos e comunicacionais, bem como as comparações internas e externas, colocam as pessoas em uma situação dialógica que faz emergir sentidos compartilháveis, a partir da comparação das narrativas dos diversos sujeitos “enquanto identidades ficcionais”, incluindo a si mesmos (LUHMANN, 2005, p.97). A comunicação é um fenômeno social, pois no ato comunicativo e dialógico o sujeito consegue fazer com que “sua forma de comunicação se alinhe recursivamente às formas de comunicação dos outros”, possibilitando que cada indivíduo consiga visualizar-se com o olhar dos outros (KRIPPENDORFF, 1997, p.133-134).

Ao tratar da experiência de produção de comunicação audiovisual por tribos indígenas, Carelli (2014) discute a construção de visibilidades de si, no sentido poético do termo: “o vídeo oferece a possibilidade imediata de construção de uma outra imagem, que corresponda mais à sua autoimagem” (CARELLI, 2014, p.113). Compreender como se processa, na prática, o conhecimento e reconhecimento das singularidades e como se dão as condições de coexistência entre sujeitos, marcados por seus repertórios e tentativas de identificação e comparação, é fundamental. Sodré (2006) ressalta que continuamente comparamos o que se nos apresenta com nossos repertórios, o que impacta diretamente na diversidade.

O conceito de diversidade deveria ser chamado “conceito comparativo”. Se um objeto se apresenta várias vezes aos nossos olhos com as mesmas determinações internas (qualidade e quantidade), nós usamos o recurso da comparação, para saber se se trata de uma única coisa e não de coisas diferentes [...] Mas por que dizemos que alguém é igual ou diferente de outro? Porque comparamos. Comparamos como se fosse o caso de identificar objetos. E comparamos para exercer poder, para dominar. Na verdade, os homens não são iguais, nem desiguais. Os homens, seres singulares, coexistem em sua diversidade. Cada uma dessas singularidades corresponde, às vezes, à dinâmica histórica de um Outro, um coletivo diverso. Na prática, aquilo que nós experimentamos de uma cultura, principalmente da nossa, é a diversidade de seus repertórios, onde se mostram hábitos, enunciados e simbolizações. (SODRÉ, 2006, p. 9, p. 11)

Traduções dos contextos, comparações automáticas

Trabalhamos com as referências que temos para “traduzir” a realidade e os outros, como discutido anteriormente. Plaza (1987) afirma que os pensamentos são uma tradução, uma vez que, ao pensarmos, “traduzimos aquilo que temos presente à consciência, sejam imagens, sentimentos ou concepções (que, aliás, já são signos ou quase-signos) em outras representações que também servem como signos” (PLAZA, 1987, p.46).

Plaza (1987) também pontua que “ao considerar a tradução como organização de conjuntos por semelhança [...], temos que seria no lugar ou espaço da consciência sintética em terceiro nível que se daria proeminentemente essa operação associativa” (PLAZA, 1987, p.39). O que ele chama de operações associativas pode comportar apenas um certo conjunto de elementos previstos, tornando o que não se encaixa nesses padrões algo próximo a um “defeito”.

Alguns termos em inglês são interessantes para ilustrar o que tratamos aqui, como a palavra “fault”, que corresponde em português a “falha”, e a palavra “default”, correspondente a “padrão”, ou grosso modo, “sem falhas”. Assim, é possível pensar que, para muitos, a diferença cultural (o que não se encaixa nas projeções) pode ser entendida como falha, precariedade, defeito ou inautenticidade.

Para uma parte da sociedade (os quais chamaremos de AAA), o fato de certos grupos juvenis (os quais chamaremos de CCC) demonstrarem preferência por ouvir heavy metal ou funk automaticamente os classifica (na compreensão dos sistemas de relevância de AAA) como uma ameaça ou poluentes do ambiente (no sentido da altura do som ou das roupas que consideram estranhas). Utilizamos aqui os operadores de tradução vinculados a estilos musicais, mas poderíamos usar outros, como o corte de cabelo, o jeito de se vestir, o uso de bonés, entre tantos outros. Para AAA, qualquer coisa que não se encaixe nos seus sistemas de relevância é entendida como “degeneração”, algo a ser desprezado, combatido ou isolado.

A música “Pra que discutir com madame” é um samba composto por Haroldo Barbosa e Janet de Almeida em 1945. A canção critica de forma bem-humorada a rejeição de uma madame da alta sociedade

carioca ao samba, refletindo o preconceito racial e social da época. A letra satiriza essa atitude, destacando a superioridade que essa madame acredita ter sobre o samba e seus compositores.

Essa canção exemplifica como certos estilos musicais, como o samba, eram vistos com desprezo pelas elites conservadoras que se identificavam com a cultura europeia, como mencionado por Garcia (2001). Essa hostilidade era baseada na percepção de que o samba, com suas raízes negras e populares, não se encaixava nos padrões culturais aceitos pela alta sociedade, sendo visto como um desvio ou algo menos digno.

Madame diz que a raça não melhora / Que a vida piora Por causa do samba / Madame diz que o samba tem pecado / Que o samba é coitado / Devia acabar
 Madame diz que o samba tem cachaça / Mistura de raça, mistura de cor / Madame diz que o samba é democrata / É música barata / Sem nenhum valor
 Vamos acabar com o samba / Madame não gosta que ninguém sambe / Vive dizendo que o samba é vexame / Pra que discutir com Madame
 (GILBERTO, 2014, online)

O samba era frequentemente associado a termos como “piora”, “pecado”, “coitado”, “barato”, “vexame” e “sem nenhum valor”. A repulsa em relação a esse estilo musical surgia por ele ser considerado fora dos registros padrão de AAA. Como aponta Garcia (2001), uma sofisticada e venerável matrona, identificada como Mag, não compreendia “outra música, outra emoção, outro sentimento que não seja o RAFINÉE”.

O refinado ao qual a autora se refere era o registro compreensível por AAA dentro de suas perspectivas de mundo. O fato de “não compreender outra...” demonstra a incapacidade de traduzir, valorizar e reconhecer a articulação proposta por CCC. O que não era reconhecido no repertório de AAA em CCC levava a tal madame a não gostar que outros praticassem o samba, a ponto de isso a incomodar.

Transportando para os dias atuais, o samba tornou-se música tradicional carioca. Com o tempo, o samba diversificou-se, ganhou um grau de refinamento, respaldo social e contornos de tradição, reforçado continuamente pela mídia, que transformou o samba-enredo em um espetáculo mais comportado. Quando se fala de samba hoje, há orgulho para os que aprendem seus passos, e destaque para muitas pessoas de AAA que ocupam a passarela do samba.

Atualmente, o lugar de estranho, marginal e difícil tradução é ocupado pelos grupos CCC do Funk, do RAP ou do EMO. É comum que pessoas consideradas comportadas e refinadas se refiram aos membros destes grupos como indivíduos com hábitos estranhos, não sociáveis, que não sabem se comportar em ocasiões públicas, causando desconforto e estranhamento em grupos AAA, como o cabelo dos EMO.

Um adolescente *emo* é identificado por suas características visuais e pelas músicas que ouve. Quando alguns dos elementos estéticos característicos do grupo – calça jeans skinny, camisetas básicas ou com estampas infantis e quadriculadas, acessórios que incluem munhequeiras, bonés e cintos de rebites, cortes de cabelo inusitados, pintados e/ou com mechas de cores como rosa, verde, azul ou roxo, tênis All Star e, em alguns casos, maquiagem para meninas e meninos e o visual andrógino – são observados em uma pessoa, é muito provável que ela seja identificada como fazendo parte da subcultura (BEZERRA; CAMPOS, 2014, p. 42)

Qual seria o motivo para o uso do berimbau por um grupo CCC provocar a ideia em AAA de que é um instrumento de menor relevância musical que um violino, senão um conceito previamente estabelecido de que o berimbau talvez seja tocado por pessoas com ascendência africana, e ainda mais: que a ascendência africana é de refinamento menor que a europeia? Ou, ainda, por qual motivo, para AAA, as culturas com tradição oral teriam menor reconhecimento como culturas consolidadas?

A observação pura e simples e a tentativa de enquadrar o outro nas próprias referências (ou sistemas de relevância, universos simbólicos ou outros termos) podem ser um dos desafios mais concretos na promoção da diversidade cultural, além dos discursos governamentais ou da aceitação de que a diversidade é entendida pacificamente pelo conjunto das sociedades como um conceito importante.

Estes pontos apresentados amarram o que queria discutir aqui em relação aos territórios, competências multiculturais e suas relações com o ambiente das comunidades. A formação para competências multiculturais e interculturais e para capacidades de tradução intercultural exige mais do que interesse pelo exótico.

É necessária uma postura de curiosidade sincera pelo outro, suas motivações e sistemas de relevância, impondo-se como uma das chaves para avançar na promoção da diversidade no cotidiano, que não é feita

só de tradições estabelecidas, mas também de inovação, mudança e superação de tradições.

Processos de aprendizagem social

Nos processos de aprendizagem social, as pessoas compartilham interesses comuns e estabelecem interações regulares. Essas interações e o tempo compartilhado em associações comunitárias, culturais e projetos comuns levam à construção coletiva de conhecimentos ou ao compartilhamento de impressões e percepções. Dessa forma, desenvolvem um repertório compartilhado de recursos para utilizar na construção de soluções e nos processos de negociação com a gestão pública e outros atores sociais e comunidades.

É importante frisar o conceito de liderança nas comunidades: todas as pessoas devem assumir papéis significativos em algum momento e sempre haver rotatividade na liderança. A ação comunitária é uma espécie de escola de liderança. Porém, é comum haver confusão sobre o papel e a atuação da liderança, e as comunidades podem não usar o melhor que têm em benefício dos interesses coletivos locais.

Muitas lideranças têm muito a dizer, mas pouco a escutar. Pode ser cômodo que alguém assuma a fala em nome da coletividade, mas se forem sempre as mesmas pessoas, isso pode não ser liderança no sentido mais genuíno do termo, mas uma espécie de “porta-voz” (mesmo que não represente a voz da coletividade como um todo ou uma síntese do que as comunidades têm a dizer).

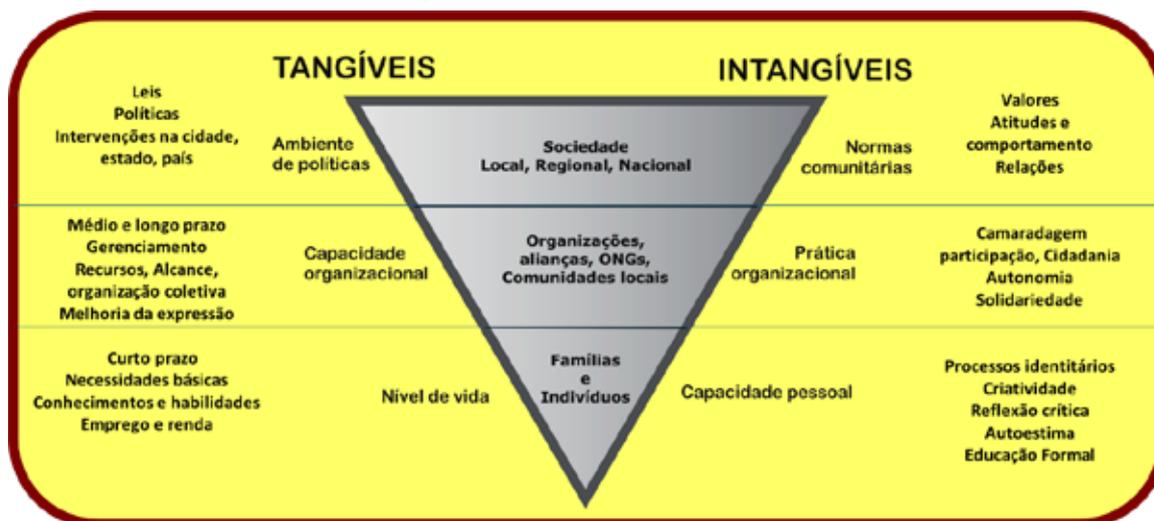
Nas vivências comunitárias colaborativas, temos o desafio de cooperar, colaborar e compartilhar, o que pode não ser simples, pois são dezenas de pontos de vista diferentes e pode acontecer de as pessoas não terem muito claro quais são os pontos de vista sobre muitos assuntos. A falta de conhecimento sobre os temas, o despreparo para buscar soluções em conjunto, a desconfiança em relação a algumas pessoas, o cansaço com a vida cotidiana e, principalmente, a falta de preparo para buscar soluções e para envolvimento comunitário desde cedo são algumas das causas dessa dificuldade.

A comunidade comporta tensão e nem todos estão preparados para isso: para debater, ouvir, expressar claramente seus pensamentos, ser

questionados ou confrontados com suas perspectivas (até porque muitas podem carecer de convicção suficiente). Por isso, o desenvolvimento de senso de comunidade e de noções de vizinhança passa, necessariamente, pelo desenvolvimento das pessoas, do capital social, o que torna essa questão crucial para avançarmos na promoção da diversidade cultural. É importante ressaltar que não se trata de uma simples soma das capacidades individuais para um benefício coletivo, mas da construção conjunta de capacidades coletivas.

O *Quadro de Desenvolvimento de Base* é uma metodologia desenvolvida pela Fundação Interamericana e parte do princípio de que quanto mais se investe no ser humano, indivíduo (considerado a “base”), de uma comunidade, mais se qualifica aquela comunidade, cidade, estado.

Gráfico 1 – Quadro de Desenvolvimento de Base



Fonte: Elaboração do autor, com base em BOVINIC et Al, 2004

Os esforços de apoio mútuo de grupos de base visam melhorar as condições de vida de toda a comunidade, principalmente dos mais vulneráveis, aumentando sua capacidade decisória e de autogestão, e desenvolvendo parcerias com indivíduos, comunidades, instituições e governos. Parte-se do princípio de que, ao fortalecer as capacidades individuais (base), fortalece-se o coletivo (topo): quanto mais se ampliam as possibilidades do indivíduo (não do individualismo, é importante frisar), maiores são as possibilidades do coletivo de interferir positivamente no ambiente das comunidades, cidades e países.

O conceito de capital social – definido por Putnam (1994) como características de organização social tais como redes, normas e confiança social, que aumentam o potencial produtivo de uma sociedade – foi empregado para identificar mudanças na capacidade da comunidade de sustentar um processo local de desenvolvimento.

A conceitualização original do Projeto de Criação de Comunidades de Base fundamentou-se nos pontos fortes e fracos identificados nas comunidades afro-descendentes e nas experiências bem-sucedidas identificadas nos estudos da Fundação Interamericana, que levaram à definição de seu Quadro de Desenvolvimento de Base (Ritchie-Vance, 1996). Uma das constatações mais notáveis da Fundação Interamericana foi o fato de que as organizações comunitárias de base procuravam desenvolver capacidades pessoais como um meio de incentivar uma cultura mais democrática e, em última análise, afetar valores e atitudes. (BOVINIC et Al, 2004, p.277)

Essa abordagem evidencia a importância de qualificar o capital humano para qualificar o capital social. No infográfico abaixo, podemos perceber como as condições do indivíduo (bem-estar físico e mental, competências, conhecimentos, relações, criatividade, etc.) influenciam o capital social que é compartilhado e vivido em sociedade e comunidade.



As capacidades expressiva e relacional impactam diretamente nas capacidades de cooperação e confiança; o bem-estar físico e mental impacta diretamente nos laços familiares e na reciprocidade, e assim por diante, resultando em dezenas de recombinações de impacto entre o capital humano e o capital social.

Conclusão: O nosso - repensando o conceito de periferia e regionalização

É bom falar e ouvir falar do bairro onde moramos ou onde nascemos. Nesse lugar, construímos as relações do nosso dia a dia: andando pelas ruas do bairro, é comum reconhecermos as pessoas que por ali circulam. Perto de casa, cumprimentamos os vizinhos. Na padaria da esquina, conhecemos os produtos. Sabemos os nomes das ruas e o que encontraremos nelas.

Essas coisas nos fazem “sentir em casa”, como apontado anteriormente neste texto, e estão presentes em diversas passagens da Coleção “Histórias de Bairro”, editada pela Prefeitura de Belo Horizonte. Esse é tanto o lugar de vivência dos moradores quanto uma divisão administrativa da cidade. Nas divisões administrativas, temos nomes cartoriais, que podem ser completamente distintos dos usos do cidadão comum no seu dia a dia.

A opção de Belo Horizonte pela regionalização, ao longo destes mais de vinte anos, pode ser entendida como uma ação de longo prazo para uma nova compreensão das relações entre os diversos territórios geográficos do espaço urbano. Podemos deduzir da experiência da cidade a construção de um novo conceito que vai além da perspectiva de centro e periferia, para um arranjo que se afasta dessa ideia, apesar de o nome ainda sugerir essa concepção. Isso se alinha à direção apontada por Hannerz (1997), que trata da necessidade de revisar antigas palavras ou conceitos para pensar em mudanças e novos conceitos. (HANNERZ, 1997, p.29)

A perspectiva do autor está diretamente ligada ao que desenvolvemos aqui, saindo da ideia ainda simplificadora da descentralização de ações culturais nos equipamentos (as quais relegavam a produção cultural local a segundo plano, ou nem as consideravam), para multicentralidades (cobertas pelos conceitos de fluxos, fluxos entrecruzados e contrafluxos). Hannerz (1997) propunha discutir os modelos centro-periferia “mesmo daqueles que admitem múltiplos centros e periferias” (HANNERZ, 1997, p.13). De forma complementar, SILVA (2013) questiona o difusionismo cultural ligado às políticas de “democratização cultural”, entendidas como programas de “distribuição e popularização da arte” (SILVA, 2013, p.272).

Para comparar, podemos analisar o marco legal no qual o Sistema Nacional de Cultura se inspirou para conceituar os termos de descentralização e regionalização. Na legislação que criou o Sistema Único de Saúde (SUS), a descentralização prevista tem um caráter político-administrativo, no qual a responsabilidade de execução passa a ser dos municípios como entes federados, enquanto a regionalização se refere a um processo de articulação entre os serviços de saúde já existentes.

Na emenda constitucional do Sistema Nacional de Cultura, que acrescentou o artigo 216-A, há apenas o termo descentralização, utilizado da mesma forma que no SUS, como “descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações” (princípio XI, Emenda Constitucional 71/2012). O termo regionalização aparece apenas no Plano Nacional de Cultura (Lei 12.343/2010), por duas vezes.

Na primeira, no capítulo relativo à função do estado, aponta a “territorialização e a regionalização das políticas culturais” (Lei 12.343/2010, Capítulo I) como fundamentais para o exercício da função do Estado. Na segunda, no capítulo da promoção da diversidade, destaca os vínculos entre regionalização e a diversidade cultural, “privilegiando as iniciativas que contribuam para a regionalização e a promoção da diversidade” (Lei 12.343/2010, Capítulo II, item 2.7.1).

Entendendo que boa parte da sociedade e até o próprio Estado não se desvincularam completamente do termo “descentralização” ou até mesmo da multicentralidade, propomos pensar em “regionalização” como uma evolução, na perspectiva apresentada por RICHARD (2014):

Um espaço regional corresponde estritamente a um espaço funcional estruturado por interações fortes entre seus componentes [...] podemos falar de regionalização das práticas quando os atores, quaisquer que sejam, privilegiam sua vizinhança regional em um ou outro domínio [...] pode designar uma forma de ideologia política, econômica ou gerencial que leva um ator a pensar que a vizinhança regional deve ser a prioridade estratégica de sua ação. (RICHARD, 2014, p.40)

A regionalização é, portanto, uma ação que visa dar maior importância à vizinhança regional, deslocando a produção e a circulação de sentidos através das práticas artísticas e culturais para o ambiente mais próximo dos cidadãos, como os bairros. Isso não se limita apenas à delimitação

administrativa, mas envolve a produção social e a compreensão da distribuição de fluxos e práticas sociais (RICHARD, 2014, p.38).

Ao término do módulo, o coordenador da ação formativa refletiu sobre os desafios futuros, destacando a necessidade de considerar em nossos esforços o pertencimento territorial, os pertencimentos simbólicos, a capilaridade territorial, as interações, a convivência e a partilha. Tudo isso, em meio a um período marcado por disputas, desterritorializações, excessos e fragmentações.³

3 Fala do professor José Márcio Barros quando da conclusão do módulo.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter & LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BEZERRA Luciana Rodrigues, CAMPOS, Herculano Ricardo. Consumo, mídia e identidade juvenil Emocore. In.: **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 9(1), São João del-Rei, janeiro/junho 2014.

BRAGA, José Luiz. Comunicação é aquilo que transforma linguagens. **ALCEU** - v. 10 - n.20 - p. 41 a 54 - jan./jun. 2010

BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. **Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC**, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.

BUVINIC, Mayra; MAZZA, Jacqueline. DEUTSCH, Ruthanne (eds). **Inclusão social e desenvolvimento econômico na América Latina**. Rio de Janeiro: Elsevier: Washington [Estados Unidos]: BID, 2004

CARELLI, Vincent. Uma escola indígena de cinema. In.: MIGUEZ, Paulo; BARROS, José Márcio; KAUARK, Giuliana (Organizadores). **Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural**. Salvador: EDUFBA, 2014.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol.5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana** [online]. 1997, vol.3, n.1, pp. 7-39. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2454.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2007.

HASBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multi-territorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, USP, AGB, p. 6.774-6.792, 20 a 26 de março de 2005. Disponível em: < <http://ucbweb2.castelobranco.br.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2014.

JANOTTI Jr, Jeder S. **Mídia, cultura juvenil e rock and roll**: comunidades, tribos e grupamentos urbanos. In.: PAIVA, Raquel, BARBALHO, Alexandre. Comunicação e Cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. Brasília: UNESCO, 2001.

KRIPPENDORFF, Klaus. Principales metáforas de la comunicación y algunas reflexiones constructivistas acerca de su utilización. In: PAKMAN, Marcelo (Ed.). **Construcciones de la Experiencia Humana II**. Barcelona, Spain: Gedisa editorial, 1997.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005

RICHARD, Yann. Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas. **Confins** [Online], 20, 2014. Disponível em <<http://confins.revues.org/8939>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

SARRIERA, Jorge Castelá, MOURA JR., J.F., XIMENES, V.M., RODRIGUES, A.L.. Sentido de comunidade como promotor de bem-estar em crianças brasileiras. In.: **Revista Interamericana de Psicologia**/Interamerican Journal of Psychology (IJP), 2016, Vol., 50, No. 1, pp. 106-116

SCHRÖDER, Ulrike. **Comunicação intercultural**: uma desconstrução e reconstrução de um termo inflacionário. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 9 (1), 2008

SODRÉ, Muniz. Diversidade e diferença. **Revista Científica de Información y Comunicación**, Sevilla, n. 3, p. 5-16, 2006.

UNESCO. **2º Relatório Mundial da UNESCO**: Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. UNESCO: Paris, 2009. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2010.

VIEGAS, Monique Placido; OLIVEIRA, Evlyn Rodrigues; FALCONE, Eliane Mary de Oliveira. Fatores motivacionais, cognitivos, emocionais e os efeitos relacionados ao voluntariado. **Revista brasileira de terapia Cognitiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 66-74, jun. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872019000100010&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 10 out.2024. <https://doi.org/10.5935/1808-5687.20190010>.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.